

## DECLARAÇÃO

(a que se refere a alínea a) do nº 1 do artigo 57º do CCP)

1 – Dra. Elisabete Maria Gomes Roxo, titular do Cartão de Cidadão com o Nº de ID Civil 8994546, residente na Rua Miguel Pais, Nº 66E 5º D, 2830 Barreiro, na qualidade de representante legal da Egor Consulting – Desenvolvimento de Pessoas e Negócios, Lda., Pessoa Coletiva nº 504 494 112, com o capital social de 6.000,00 €, registada na Conservatória de Registo Comercial de Lisboa sob o nº de matrícula 8449, com sede no Edifício Europa Av. José Malhoa, 16 F - 4º Piso 1070-159 Lisboa, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **Ajuste Direto para Aquisição de Serviços de Reforço de Recursos Humanos para recolha de Rsu's até um máximo de 1800 horas De Mão-De-Obra distribuída por 3 Meses 3 Postos de Trabalho**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- a) Declaração de Dados da Empresa (conforme alínea a) do nº 1 do artigo 6º do Convite-Circular);
- b) Proposta (conforme o Anexo III ao Convite-Circular);
- c) Certidão de Registo Comercial.

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;
- b) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional;
- c) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;

### www.egor.pt

SEDE  
EDIFÍCIO EUROPA  
Av. José Malhoa, 16 F - 4.º Piso  
1070-159 LISBOA  
PORTUGAL  
Tel.: +351 213 872 018  
Fax: +351 213 872 028  
E-mail: formacao@egor.pt

PORTO  
EDIFÍCIO PENÍNSULA  
Praça do Bom Sucesso, 123 a 169 - Esc. 201 e 506  
4150-146 PORTO  
PORTUGAL  
Tel.: +351 223 402 800  
Fax: +351 223 402 801  
E-mail: egorn@egor.pt



Desde 1997



Desde 2008



- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
- f) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no nº1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do nº1 do artigo 627.º do Código do Trabalho;
- h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;
- i) Os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes:
  - i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2º da Ação Comum Nº 98/773/JAI do Conselho;
  - ii) Corrupção, na aceção do artigo 3º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3º da Ação Comum Nº 98/742/JAI do Conselho;
  - iii) Fraude, na aceção do artigo 1º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
  - iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais.
- j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais da concorrência.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos (CCP), a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Lisboa, 30 de Junho de 2017



(Elisabete Maria Gomes Roxo)

[www.egor.pt](http://www.egor.pt)

SEDE  
EDIFÍCIO EUROPA  
Av. José Malhoa, 16 F - 4.º Piso  
1070-159 LISBOA  
PORTUGAL  
Tel.: +351 213 872 018  
Fax: +351 213 872 028  
E-mail: [formacao@egor.pt](mailto:formacao@egor.pt)

PORTO  
EDIFÍCIO PENÍNSULA  
Praça do Bom Sucesso, 123 a 169 - Esc. 201 e 506  
4150-146 PORTO  
PORTUGAL  
Tel.: +351 223 402 800  
Fax: +351 223 402 801  
E-mail: [egor@egor.pt](mailto:egor@egor.pt)



Desde 1997



Desde 2008

